

**A FRETILIN NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
TIMORENSE (1974-1975): POSSIBILIDADES DE ANÁLISE ATRAVÉS DA
HISTÓRIA GLOBAL.****FRETILIN IN THE DECOLONIZATION PROCESS OF THE TIMORENSE
TERRITORY (1974-1975): POSSIBILITIES OF ANALYSIS THROUGH GLOBAL
HISTORY.**

Resumo: O presente artigo visa compreender a história do Timor-Leste com foco na atuação da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) no processo de descolonização do território timorense, a partir da Revolução dos Cravos em 1974 até a invasão da Indonésia no território em finais de 1975. Para isso, utiliza-se a perspectiva da História Global, que subsidia um melhor entendimento do contexto amplo de redes internacionais e possíveis circulações de influências em escala global. A partir deste artigo, pode-se perceber como a descolonização do Timor-Leste insere-se no contexto da Guerra Fria e de que forma as políticas práticas do período afetaram os acontecimentos no território timorense.

Palavras-chave: Descolonização. FRETILIN. Timor-Leste.

Abstract: This article intends to understand the history of Timor-Leste with a focus on the performance of the Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) in the process of decolonization of the Timorese territory, from the Carnation Revolution in 1974 to the invasion of Indonesia in the territory in end of 1975. For this, the perspective of Global History is used, which subsidizes a better understanding of the broad context of international networks and possible circulations of influences on a global scale. From this article, it can be seen how the decolonization of Timor-Leste fits into the context of the Cold War and how the practical policies of the period affected the events in the Timorese territory.

Keywords: Decolonization. FRETILIN. East Timor.

Bianca Obetine Magnus

Graduada em História
pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do
Sul (PUC/RS)

bianca.magnus@edu.pucrs.br



<https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1128.07>

Introdução

O processo de descolonização em Timor-Leste, que se inicia a partir da Revolução do Cravos em Portugal, em abril de 1974, e se encerra com a invasão da Indonésia no território timorense, em dezembro de 1975, apresenta-se inserido em um contexto amplo de redes internacionais e possíveis circulações de influências em escala global. Contexto esse que justifica a necessidade de se adotar uma perspectiva de ampla escala correspondente com a História Global, para melhor compreender o objeto de estudo. Através da análise de fontes da FRETILIN, constata-se a inserção do objeto em um cenário amplo internacional, que é essencial para se pesquisar o processo de descolonização do Timor-Leste.

Para desenvolver essa reflexão, é necessário inicialmente apresentar uma breve contextualização sobre o Timor-Leste, apresentando aspectos que demonstram a inserção do objeto em um enquadramento amplo de redes globais. Além disso, se faz necessário também, pelo desconhecimento sobre o tema no Brasil, o que pode vir a dificultar o entendimento sobre um estudo que tenha como objeto esse território. Nesse caso, é importante traçar esse panorama visando uma compreensão satisfatória sobre o estudo. Utilizo, para isso, uma bibliografia pertinente que aborda as questões históricas sobre o Timor-Leste, e uma documentação produzida pela FRETILIN.

Em um segundo momento, é essencial apresentar a bibliografia que utilizo pertinente a História Global. Essa bibliografia é utilizada, especificamente, para tratar sobre o contexto da Guerra Fria. Foi escolhida por apresentar um cenário amplo de redes e conexões que esse período experienciou. Também pretendendo indicar as complexidades presentes entre as potências, assim como as políticas práticas dirigidas aos territórios colonizados. Para isso, utilizo Odd Arne Westad e seu trabalho sobre a Guerra Fria, intitulado *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times* (“A Guerra Fria Global: Intervenções do Terceiro Mundo e a construção de nossos tempos”¹), como bibliografia principal, no que se refere a um estudo sobre o período na perspectiva da História Global. Utilizo ainda outros autores que vão ao encontro da obra de Westad, que trazem argumentos que servem e perpassam ao caso timorense.

¹ Tradução livre. A obra de Westad não se encontra traduzida no Brasil.

Junto disso, proponho a reflexão da importância que os estudos sobre a Guerra Fria, como o do Westad na perspectiva da História Global, possuem quando tratamos sobre a descolonização do Timor-Leste, especificamente observando a atuação da FRETILIN no contexto. Entrelaço a documentação da FRETILIN com a História Global, através da análise da documentação (análise de conteúdo) e da bibliografia pertinente.

Dito isso, passo às considerações finais na qual demonstro que, para realizar um estudo sobre o já citado objeto, é essencial inseri-lo em um contexto global, na qual é possível através da História Global, objetivando uma melhor compreensão sobre a FRETILIN e consequentemente parte da história do Timor-Leste.

2 Contextualização sobre o Timor-Leste

O Timor-Leste, localizado no continente asiático, especificamente no arquipélago de Sonda, entre Indonésia e Austrália, é hoje um país independente e soberano. Possui uma história marcada por conflitos e por presenças estrangeiras que ajudaram a tardar a conquista da autonomia do território, que obteve a independência somente no século XXI, especificamente em 2002, após uma longa presença portuguesa na região seguida pela presença indonésia a partir de 1975 até 1999 (Galdino, 2012).

Navegadores portugueses chegaram na região do Timor no século XVI na busca por sândalo. No século seguinte a colonização efetivou-se no território. Há ainda a presença dos holandeses no Timor, que estavam na concorrência com Portugal pelo comércio de especiarias no Sudeste Asiático. Essa disputa resultou na divisão do território do Timor no ano de 1859 em duas partes: o Timor Ocidental holandês e o Timor Oriental português (Silva, 1999).

Já no século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Timor português é invadido por forças japonesas em fevereiro de 1942, que visam deter as forças holandesas e australianas que lá estavam buscando a contenção da expansão japonesa na região. Os japoneses permaneceram no território timorense até setembro de 1945, deixando marcas de destruição e mortes. Nesse mesmo ano, a Indonésia conquista sua independência da Holanda e anexa à parte ocidental ao seu território; a parte oriental permanece sob controle português (Bicca, 2011).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o cenário internacional apresenta novas pautas que geraram consequências para o Timor. Entre elas as aspirações de independência de

territórios colonizados. Um caso de grande relevância para o próprio Timor português é o da Indonésia, que ainda em 1945 conquista sua independência da Holanda.

Em geral, a bibliografia disponível aponta que as aspirações nacionalistas que surgem a partir do pós-guerra, principalmente com os movimentos de libertação, chegaram tarde no Timor português². Poucas informações sobre o território nesse período pós-guerra estão presentes em pesquisas e obras. Normalmente a bibliografia aponta a estagnação econômica e de desenvolvimento em território timorense no período pós-guerra.

Ramos-Horta (1994, p. 72) destaca que a partir do fim da Segunda Guerra Mundial até 1965 não se encontram avanços “digno de menção no desenvolvimento da colônia” mais distante. O autor afirma que “Nem um quilometro de estrada asfaltada, nem uma ponte sobre as inúmeras ribeiras que sulcam o território e o tornam intransitável na estação de chuvas” foram investidos na colônia.

No entanto, o papel de Portugal no período pós-guerra deve ser destacado para melhor compreender o que se passou em território timorense nesse contexto. Mesmo com os problemas sobre a postura de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente relativos ao Timor português, a neutralidade assumida acabou deixando o país com uma “imagem benigna” para os Aliados (Pinto, 2001, p. 14). Contudo, Portugal encontrava-se ainda relativamente isolado perante a “reorganização do novo sistema mundial” (Pinto, 2001, p. 14). Com a formação da ONU (1945) a situação de Portugal com suas questões ultramarinas passou se acentuar. A pressão sobre o governo salazarista aumentou no que se refere a manutenção das colônias.

Segundo Pinto (2001, p. 14), “o Salazarismo assustou-se com os ventos de mudança autonomistas e democráticos representados desde logo na carta das Nações Unidas e, sobretudo, pelo anticolonialismo dos Estados Unidos”. Mesmo assim, após várias tentativas de negociação, Portugal aceita ser membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO/OTAN) buscando ter um “grande escudo protetor da Ditadura perante os seus aliados internacional” tendo como ‘moeda de troca’ a base norte-americana nos Açores³ (Pinto, 2001, p.15).

² Jardine (1997) e Serrano e Waldman (1997) em suas obras apontam essa chegada tardia das ideias nacionalistas e de libertação.

³ A questão sobre o arquipélago dos Açores se inicia a partir de 1943, no contexto da Guerra do Pacífico, onde Portugal e os EUA junto com o governo britânico debatem sobre formar a base militar no arquipélago em troca de apoio para resolver a questão em Timor português no contexto da Segunda Guerra. Segundo Ramires (2006)

Portugal se manteve resistente a descolonização mesmo em um contexto em que muito se debatia internacionalmente sobre esses processos. Em 1950, o primeiro “problema concreto” que Portugal enfrentou nesse contexto é, quando a União Indiana envia uma reclamação formal da soberania de Goa, Damão e Diu. Com a entrada de Portugal na ONU, em 1955, esse se tornou o primeiro caso a ser debatido no que se refere a descolonização para Portugal na organização (PINTO, 2001, p.15).

A pressão sobre Portugal e a manutenção das colônias passa a se acentuar cada vez mais. O governo Kennedy, dos EUA, no início da década de 1960, pressiona mais ainda Portugal sobre a descolonização. Devido aos interesses americanos no contexto da Guerra Fria, Kennedy pretendia “aproximar-se do nacionalismo negro, e apoiar alguns movimentos de libertação, evitando a penetração soviética em África” (Pinto, 2001, p.16).

Tal intensão abalou a relação entre Portugal e os Estados Unidos. Segundo Pinto (2001, p. 17):

1961 foi o ano de todos os ataques e ressentimentos de Salazar: início da guerra em Angola, caso Santa Maria, golpe de Botelho Moniz, e a ocupação de Goa pela União Indiana. Em todos Salazar viu a mão norte-americana, ou de forma activa ou em cúmplice passividade e abandono de Portugal.

Ainda em princípios da década de 1960, a ONU passa a ser “o principal campo de batalhas diplomáticas contra o colonialismo português” (Pinto, 2001, p. 20). O isolamento de Portugal, nesse cenário, passa a se acentuar. O crescente número de novos países em África e Ásia que adentra na ONU, aumentam significativamente a pressão para o fim do colonialismo.

O que faz Portugal resistir a toda pressão e manter, onde foi possível, suas possessões coloniais nesse contexto é sua presença na NATO e a importância da base dos Açores para os EUA. Mesmo assim, as tentativas de Portugal em manter suas colônias acabaram desgastando a ditadura salazarista aos poucos. Em 1968, o cenário em Portugal se altera com o afastamento de Salazar no mês de setembro. Seu substituto, Marcelo Caetano, entra em jogo com a tentativa de “liberalização” do regime. No entanto, a empreitada de Caetano encontrou um contexto turbulento e de crise, como afirma Rezola (2017, p. 12):

os debates em torno da situação de Timor na Segunda Guerra geraram o acordo dos Açores. O autor afirma “O interesse dos Aliados nos arquipélagos atlânticos acabou por ser o caminho para a <<libertação>> de Timor” (RAMIRES, 2006, p. 13).

Há muito que o processo de transição liberalizante encetado por Caetano, nos seus primeiros anos de governação, caíra num impasse. Confrontando-se com os meios estudantis em crescente efervescência, minado pelas novas organizações de extrema-esquerda, e com um desafiante movimento reivindicatório que se adensa numa sucessão de greves e mobilizações na indústria, serviços e sindicatos, [...] o marcelismo transforma-se numa autêntica panela de pressão prestes a implodir.

Ainda segundo Rezola (2017), Marcelo Caetano não possuía condições para encaminhar Portugal a uma democracia de forma gradual. E a crise instalada em seu governo abre espaço para golpes de estado em 1974. O principal, em 25 de abril de 1974, derruba a mais antiga ditadura da Europa, e gera surpresas a nível internacional, que não esperavam um golpe de estado por parte dos militares em Portugal:

Negando todas as previsões e os modelos mais comuns de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os protagonistas do golpe de estado em Portugal apresentam um programa democratizador onde, para além da restauração das liberdades fundamentais, estão previstas a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres. (REZOLA, 2017, p. 13)

É apenas em 1974, que o Timor português passa a vislumbrar a possibilidade de “libertação”. É com a queda do regime salazarista, a partir da Revolução dos Cravos, que Portugal reconhece o direito às independências as suas “províncias” (ou colônias). As primeiras movimentações em Timor, pós-revolução dos Cravos, iniciam no dia 5 de maio, quando Alves Aldeia, então governador, lança uma proclamação em favor de formações políticas no território. O que abre espaço para formação de associações políticas no Timor-Leste. Os primeiros dias do pós-revolução para os timorenses foram de grandes dúvidas sobre o futuro, os timorenses agora deveriam se preocupar com seu destino coletivo (Lima, 2002).

O processo em Timor português encerra-se com a Proclamação da Independência do Timor-Leste pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975. No entanto, a fragilidade dessa independência é evidente: os interesses indonésios sobre o território resultam no início da invasão em 7 de dezembro do mesmo ano. Os timorenses viverão sob julgo de um governo estrangeiro até o final do século XX, e as marcas e traumas de sua presença podem ser

percebidas até hoje. Contudo, esse período da ocupação conviveu com uma forte resistência na qual a FRETILIN tem significativa contribuição (Jardine, 1997).

O período em que o Timor-Leste esteve anexado à Indonésia apresenta-se de forma complexa, principalmente por se inserir em um contexto internacional movimentado. A “questão do Timor” ganhou forte repercussão ao passar do tempo, e estava em debate constante na esfera internacional, principalmente dentro da ONU. A partir da elaboração de um plebiscito sob cuidados da ONU em 1999, ainda sob domínio indonésio, a população, em sua maioria, escolheu a independência do território. Com isso, em 2002 o Timor-Leste se tornou independente (Jardine, 1997).

O breve panorama histórico apresentado tem como objetivo demonstrar que a história do Timor-Leste é um objeto que apresenta uma trama que vai além das fronteiras do próprio território. Dessa forma, constata-se que o Timor-Leste está inserido em um contexto amplo de redes internacionais e possíveis circulações de influências em escala global. Seja a partir do princípio da colonização, até os debates internacionais que existiram na década de 1990 sobre “a questão do Timor”, no qual as redes internacionais relacionam-se na trajetória do país. E principalmente o processo de descolonização timorense, foco desse estudo, tal conjuntura será abordada com maiores detalhes na terceira parte do artigo.

3 O estudo sobre a FRETILIN no período da descolonização a partir da História Global

3.1. Contextualização sobre os acontecimentos em 1974 e 1975

A FRETILIN foi fundada em 20 de maio de 1974, na mesma “onda” do surgimento de outros dois grupos de relevância dentro do Timor-Leste. Inicialmente chamava-se Associação Social Democrata Timorense (ASDT), mas em setembro de 1974, após uma reformulação dentro da associação, passa a se chamar FRETILIN. Era o único movimento que defendia a independência como a única opção para o território timorense desde sua fundação. Os outros são a União Democrática Timorense (UDT) e Associação Popular Democrática Timorense (APODETI).

A UDT é primeira associação a ser fundada, no dia 11 de maio de 1974; o grupo desejava “autodeterminação sob a bandeira portuguesa” (Ramos-Horta, 1994, p.84), numa ideia de autonomia progressiva, associada a Portugal (Cunha, 2001). A APODETI, chamada

inicialmente de Associação para Integração de Timor-Díli na Indonésia, foi o último dos três movimentos de maior expressão a ser fundado, no dia 27 de maio de 1974, e defendia a integração à Indonésia (Ramos-Horta, 1994). A trama interna no Timor-Leste tem essas três associações como “protagonistas”, no entanto, se constata a relação delas também na esfera internacional.

A partir da formação dessas associações, inicia-se a mobilização desses grupos para levar o debate sobre o futuro do território à população. A ASDT imediatamente começa a divulgar a causa da independência através do rádio, jornal, comícios e viagens pelo interior do território timorense. Logo de início percebe-se que a ASDT possuía aspirações de estabelecer apoio no exterior. Ramos-Horta⁴ tornou-se responsável por estabelecer possíveis redes de apoio fora do Timor português, e tinha alguma esperança em conseguir cooperação na Austrália. Um contato na Austrália, que lhe enviava alguma verba, rendeu acusações de que estaria recebendo dinheiro da CIA. A acusação partiu de elementos da esquerda em Lisboa (Ramos-Horta, 1994).

Também alguns grupos de esquerda e extrema esquerda portugueses criticaram a plataforma da ASDT por ser alinhada à Social Democracia⁵. Inicialmente, Ramos-Horta (1994) afirma manter a Social Democracia como modelo para a ASDT, isso em um contexto de transição da ASDT para FRETILIN. Dois meses após a formação da ASDT, iniciou-se um debate interno sobre transformar a associação em uma frente ampla, que seria “politicamente mais agressiva e bem definida” (Ramos-Horta, 1994, p. 97). Assim, a ASDT passa a se chamar FRETILIN em setembro de 1974.

Concomitante a essa transformação, chegaram em Díli um grupo de estudantes timorenses que estavam em Lisboa⁶. Os estudantes chegados da Casa dos Timorenses em Díli

⁴ José Ramos-Horta era filho de um português que fazia parte de um grupo antifascista no contexto salazarista, o que fez ele ter uma criação inserida na política. Sua atuação como escritor num jornal timorense resultou em uma deportação para Moçambique quando tinha 18 anos, devido sua inclinação contrária ao colonialismo. Essa experiência lhe rendeu observar a atuação da FRELIMO. Novamente, em 1973, escreveu, dessa vez no jornal Seara, inspirado em Mondlane, um texto que, além de resultar em sua segunda deportação (que não se concretizou devido a Revolução dos Cravos), também fechou o periódico Seara. Quando fundada a ASDT, Ramos-Horta ficou responsável, principalmente, pelas relações exteriores (SILVA, 2011).

⁵ Para Ramos-Horta (1994, p. 92) a Social Democracia representaria “justiça social, distribuição equitativa das riquezas do país, uma economia mista e um sistema parlamentar com amplas liberdades democráticas”. O autor ainda afirma que influência para a Social Democracia chegou através das informações sobre o Partido Social Democrata Sueco (PSD). Admirava e inspirava-se em Olof Palme e Willy Brandt. A partir dessas influências, Ramos-Horta pensava em um modelo social democrata que abrangesse as necessidades do povo timorense.

⁶ Não é possível afirmar se esses estudantes eram ligados a algum partido em Portugal, mas possuíam afinidades aos escritos de Marx, Lenine e Mao (RAMOS-HORTA, 1994). Entre os estudantes da Casa dos Timorenses estavam: Abílio Araújo e sua esposa Guilhermina que eram estudantes de economia, Antônio Duarte Carvalho estudante de direito, Vicente Reis de agronomia e Borja da Costa.

possuíam outra inclinação ideológica. Eles foram responsáveis pelo programa de educação popular que a FRETILIN difundiu no Timor e conseqüentemente suas ideias estavam presentes nesse processo. A Casa dos Timorenses teve origem de uma iniciativa do governo português em criar a Casa dos Estudantes do Império em 1948. Primeiramente era voltada a estudantes africanos das colônias que foram estudar em Portugal, inicialmente ainda não havia menção a estudantes timorenses. Passaram por essa Casa lideranças importantes dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, como Agostinho Neto do MPLA e Amílcar Cabral do PAIGC que influenciaram a FRETILIN (Silva, 2011).

A Casa dos Estudantes de Lisboa passou a contar com um maior número de timorenses no decorrer da década de 1960 até 70. Lá eles tiveram contato com os movimentos anticoloniais. A Casa de Timor só passou a existir em janeiro de 1974, devido a maior demanda de estudante timorenses em Lisboa, sendo um “centro cultural e de informações para os estudantes timorenses, funcionários públicos e amigos de timorenses em Portugal” (Silva, 2011, p. 59, tradução nossa). Após a Revolução dos Cravos, um grupo de timorenses com ligações na Casa de Timor assumiu a administração da mesma, que passou a chamar Casa dos Timorenses. Esse grupo estava mais alinhado aos movimentos de libertação das outras colônias portuguesas em África.

Entre os membros da Casa dos Timorenses estava Abílio Araújo, que fazia parte do Movimento de Reorganização do Partido do Proletariado (MRPP), um partido “comunista maoísta” fundado em Portugal e sendo uma alternativa ao Partido Comunista Português (PCP) mais alinhado ao “comunismo soviético”. Segundo Silva (2011, p. 60, tradução nossa), os membros da “Casa dos Timorenses estavam ligados clandestinamente ao Movimento Anticolonial Popular” que existia dentro do MRPP com o intuito de “construir relações com os movimentos anticoloniais em África e defender a independência das colônias”. Foi através do MRPP que os indivíduos da Casa dos Timorenses tiveram contato com o PAIGC e com Amílcar Cabral, e aprenderam sobre os métodos de alfabetização de Paulo Freire.

Parte dos membros da Casa dos Timorenses foram para Timor português e juntaram-se a FRETILIN, levando a bagagem vivida em Lisboa. No entanto, anterior a ida do grupo a Díli, a Casa ainda se dividia entre apoiadores da FRETILIN e os que era contrários. Inicialmente, ao longo de 1974 até a transformação da ASDT em FRETILIN, a Casa dos Timorenses se configurava como uma força pela independência fora de Timor português não vinculado ainda a FRETILIN. Mais radical que a ASDT, alinhados ao comunismo maoísta e aos movimentos

de libertação em África, a Casa dos Timorenses chegou a produzir um programa próprio (que posteriormente será usado para o programa político da FRETILIN) (Silva, 2011).

Com a transformação da ASDT em FRETILIN, os membros da Casa dos Timorenses decidiram juntar-se a FRETILIN ao invés de fundar um outro movimento em Timor português. Parte do grupo que ficou em Lisboa fundou o Comitê de Ação da FRETILIN, que seria um braço da frente em Lisboa, e teria um papel importante em dialogar com os movimentos de libertação em África, principalmente em 1975. Foram os estudantes que levaram para as terras timorenses obras como as de Mao e outras marxistas que não existiam anteriormente no território (Silva, 2011).

Com isso, dois principais grupos formaram a frente, um social democrata ligado aos membros fundadores da ASDT, e outro com origem na Casa dos Timorenses em Lisboa, alinhados a uma esquerda marxista. Esse é o cenário que se estabelece na FRETILIN no segundo semestre do ano de 1974, dois grupos que vão se articular na frente em prol da independência. Essa cisão gerou debates em torno do modelo ideal para o Timor independente, entre o comunismo e a Social Democracia. Ramos-Horta (1994, p. 99) afirma que esses estudantes foram responsáveis por uma “radicalização sloganésca” dentro da frente ao marxismo, e que isso gerou alertas na Indonésia.

A FRETILIN seguiu com seus trabalhos pela independência dentro do território timorense, assim como a divisão dentro da frente, entre os dois grupos, aumentava. No entanto, toda a frente começa a recear cada vez mais a invasão por parte da Indonésia, assim como a UDT. A partir disso, em janeiro de 1975, UDT e FRETILIN formam uma coligação em prol da independência nacional. A coligação, que agradou o governo português, não gerou a mesma reação no governo Indonésio, visto que isso deixaria a APODETI à margem dentro dos debates sobre o futuro de Timor português. A UDT acabou sendo pressionada pela Indonésia, o que gerou o rompimento da coligação em maio de 1975 (Ramos-Horta, 1994).

No mês de junho, as lideranças da FRETILIN se encontravam fora de Timor, em busca de apoio internacional. Horta encontrava-se na Austrália para assegurar algum apoio lá conquistado, afirmando que o rompimento da coligação não foi por iniciativa da FRETILIN. Uma delegação da FRETILIN, no qual contava com o presidente e o vice, deslocaram-se para Lourenço Marques a convite da FRELIMO para a independência de Moçambique (Ramos-Horta, 1994).

Para acelerar a resolução da questão timorense, por parte do governo português, foi marcado para o final de junho uma reunião em Macau com os três partidos timorenses e uma delegação portuguesa. No entanto, a maioria dos membros da FRETILIN decidiram boicotar a cimeira de Macau, alegando que seria uma traição ao povo timorense juntar-se a APODETI nas conversações.

A série de acontecimentos a partir da cisão da coligação e da cimeira em Macau agravaram os indícios de uma invasão por parte da Indonésia. A FRETILIN começou a ter ameaças cada vez maiores, no decorrer de julho e agosto de 1975, a UDT passa a ser pressionada e intimidada a neutralizar seu oponente. A Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN)⁷ afirma que não iria aceitar uma vitória da FRETILIN para comandar o Timor-Leste (Ramos-Horta, 1994). No contexto da Guerra Fria, seria inadmissível aceitar um estado que pudesse ter qualquer aproximação com o comunismo/socialismo. A partir dessas pressões, a UDT inicia a preparação para um golpe a se realizar no dia 11 de abril de 1975.

O golpe da UDT possuiu apoio estrangeiro para se realizar, a partir da Indonésia, e pretendia expor uma demonstração de força, porém resultaria em uma breve guerra civil no território timorense. A breve guerra civil durou pouco tempo e terminou com vitória da FRETILIN. A FRETILIN já estava articulada para esperar o golpe, foram para o sul das montanhas de Díli e apreenderam o oficial português e outros elementos presentes. Os membros timorenses do exército português apoiaram a FRETILIN, e tornou rápida a desintegração do exército; após proclamarem uma rebelião armada o apoio a FRETILIN foi instantâneo. Sob o controle da FRETILIN, o território do Timor-Leste, entre o fim do conflito em setembro até novembro, ficou com uma administração provisória, que buscava normalizar a situação, reabrindo o comércio e os serviços públicos, e deixou intactas as propriedades portuguesas. O Timor-Leste foi aberto à imprensa estrangeira, e logo após o fim do conflito o Comitê Internacional da Cruz Vermelha teve livre acesso ao território (Ramos-Horta, 1994).

Na tentativa de efetivar a descolonização, a FRETILIN buscou negociações com Portugal e Indonésia a fim de promover a paz, porém sem sucesso. Nesse contexto, a Indonésia ia avançando no seu projeto de invasão. Através da fronteira as forças militares indonésias iam

⁷ Os países membros da ASEAN em 1975, que incluí a Indonésia, possuíam uma inclinação as potências ocidentais contrarias a possíveis ameaças comunistas. A ASEAN foi fundada em 1967, com o objetivo de estabelecer uma cooperação entre seus membros visando a estabilidade e o desenvolvimento da região. Posteriormente ao período analisado, outros países juntam-se a ASEAN, atualmente o Timor-Leste ainda busca adentrar ao grupo como membro.

conquistando alguns territórios até realizarem um ataque próximo a Díli no dia 28 de novembro, para isso mobilizou forças através da terra, mar e ar. Com um ataque iminente próximo a capital, a FRETILIN decide proclamar a independência com esperança de que surgisse algum apoio internacional para evitar a tomada do Timor pela Indonésia. No entanto, a Independência do Timor-Leste foi reconhecida apenas pelas ex-colônias portuguesas em África, que tiveram suas lutas de libertação e haviam conquistado sua independência a pouco tempo (Jardine, 1997).

Após esse breve panorama sobre os acontecimentos dos anos 1974 e 1975 no Timor-Leste relacionados a ASDT/FRETILIN, que de forma geral já dão indícios de que o processo de descolonização mobilizou agentes internacionais, passo a levantar os pontos de destaque que indicam de forma direta as possibilidades de análise de redes internacionais e possíveis circulações de influências em escala global para tratar do objeto do presente artigo.

3.2. O uso da História Global para pesquisar a FRETILIN

A partir do contato com obras sobre a História Global, constatei que essa propõe uma perspectiva abrangente de redes e conexões que auxiliam no entendimento da complexidade do Timor-Leste no período de 1974 e 1975 (descolonização). O uso da História Global para o caso do Timor-Leste se faz necessário pelas relações e conexões existentes: a mais óbvia com Portugal por ser administrador do território e do processo de descolonização, no entanto a ainda outros territórios que inferem no Timor-Leste, como Austrália, Indonésia, Estados Unidos, Reino Unido⁸, etc.. Além disso, há ainda o contexto de Guerra Fria existente no período, isso leva a considerar também as questões ideológicas existentes⁹, quanto a isso entram territórios como a China, Cuba, etc., e também movimento de libertação como Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), etc.. Há necessidade ainda

⁸ Ver OLIVEIRA (2007). O autor apresenta a articulação entre a Indonésia, EUA, Reino Unido e Austrália pela anexação do território timorense à Indonésia em finais de 1975.

No entanto, além de Portugal, a FRETILIN buscou apoio na Indonésia e Austrália desde a fundação da associação em 1974. A FRETILIN, principalmente na figura de Ramos-Horta, circulou nesses territórios para conseguir garantias e apoio do governo desses países pela independência de Timor-Leste.

⁹ As questões ideológicas dentro da FRETILIN envolvem a influência da Social Democracia, principalmente logo que a ASDT é fundada, com influência do ocidente (Olof Palme e Willy Brandt). E posteriormente a mudança da ASDT para a FRETILIN constata-se uma radicalização no discurso da frente, que tem influência do marxismo e do maoísmo, a partir da presença na frente de timorenses da Casa dos Timorenses de Lisboa.

de se destacar outros movimentos ou partidos na esfera internacional que influenciaram os membros da FRETILIN, como o Partido Comunista Português, Partido Socialista Português, o Partido Social Democrata Sueco, etc..

Dito isso, o uso da História Global pretende justamente romper com estudos que tem foco em uma história nacional, dando ênfase a um aspecto mais amplo de acontecimentos e lugares que geram consequências a um objeto específico, no caso o Timor-Leste. Conrad (2017, p. 10-11, tradução nossa) aponta essas possibilidades para a História Global:

A defesa da história global, portanto, também nos convida a superar esta fragmentação [¹⁰] a fim de chegar a uma compreensão mais abrangente das interações e conexões que deram origem ao mundo moderno. [...] Trata-se principalmente de mobilidade e intercâmbio, com processos que transcendem as fronteiras. Ela toma o mundo interligado como ponto de partida e se concentra em questões como o movimento e o intercâmbio de coisas, pessoas, ideias e instituições. Como uma definição preliminar (e bastante solta) da história global, poderíamos descrevê-la como uma forma de análise histórica na qual fenômeno, eventos e processos são colocados em contexto globais. [...] o objetivo é escrever uma história de espaços delimitados (e, portanto, não “globais”), mas com conexões globais e condições estruturais em mente.

Com isso, ainda aponto outro fator em que a História Global se torna importante nesse estudo, que passa pela já citada dificuldade de acesso a estudos e pesquisas sobre o Timor-Leste e até uma relevante escassez de produções, sobre isso Conrad escreve:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul [...] o apelo pela história global é apresentado como um apelo pela inclusão, por uma visão mais ampla. Os outros passados também foram história. [...] A história global, por outro lado, abre um ângulo de visão mais amplo para contemplar processos que, por muito tempo, se não indetectáveis para os sistemas de conhecimentos do mundo acadêmico, foram pelo menos rotulados como irrelevantes (2017, p. 10 e 19)

O uso da história global surge das necessidades de superar uma história que use o Estado-nação como eixo de análise e evitar o enfoque eurocêntrico (Santos Junior;

¹⁰ Fragmentação refere-se a uma história apresentada de forma isolada, como exemplo uma história nacional abordada como se fosse isolada.

Sochaczewski, 2017), fazendo com que repensemos nossas noções de fronteira. Quanto a isso Subrahmanyam (2012, p. 11) afirma que a história global nos convida “a redesenhar mapas que emergem das problemáticas que pretendemos estudar, em vez de inventarmos problemáticas que encaixem nas cartografias preexistente” fazendo com que as fronteiras deixem de “ser fundamento da historicidade para se tornar também componentes da problemática” (DEGAN; PARETO JUNIOR, 2019, p. 230). Isso se alinha com as dificuldades encontradas para estudar o caso timorense devido ao já citado “desconhecimento” sobre.

Para inserir o objeto de estudo desse artigo (a FRETILIN no período da descolonização) no contexto da Guerra Fria, visando uma melhor compreensão do mesmo objeto, é necessário utilizar a História Global como perspectiva para a análise. O trabalho de Westad apresenta uma perspectiva ampla, que contraria uma ideia de bipolaridade do conflito e até de uma possível “estabilidade previsível” do período (Levi, 2021). Westad (2007) amplia a análise que observa apenas a propaganda ideológica do conflito e analisa as políticas e efeitos práticos que existiram.

Primeiramente, no contexto internacional que Westad (2007) destaca em seus trabalhos, deve-se levar em conta a competição das grandes potências¹¹ pelo Terceiro Mundo, lugar no qual o Timor-Leste se encontrava¹². O que dá “protagonismo” ao sul global ou ao chamado Terceiro Mundo. Os novos países que surgem no pós Segunda Guerra ou os movimentos de libertação dos países colonizados são agentes importantes dentro da disputa das grandes potências pelo Terceiro Mundo. Eles possuem um protagonismo porque se articulam dentro do conflito da Guerra Fria em busca de apoio das potências que melhor atendam suas demandas. Eles também são responsáveis por ditar o rumo dos acontecimentos dentro dos seus territórios.

Dessa forma, o autor ainda afirma que a colonização e a descolonização estão intrinsecamente ligadas a Guerra Fria, de forma a indicar que os interesses sobre os territórios colonizados ou em processo de descolonização são foco da disputa das grandes potências. Nesse ponto, já é possível constatar que o território timorense está em disputa internacional. Observamos a presença portuguesa, e principalmente o interesse da Indonésia em anexar o

¹¹ Westad amplia as “grandes potências” para além de EUA e URSS.

¹² Segundo Bevens (2022), o Terceiro Mundo consiste nos territórios que estavam majoritariamente sob o domínio colonial nos séculos XIX e XX e possuíam economias muito mais frágeis que as potências de Primeiro ou Segundo Mundo (o primeiro composto pelas nações ricas como Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, a Austrália e o Japão; o segundo composto pela União Soviética e territórios que haviam sido incorporados).

território de Timor português, que possui significativo destaque pelo fato de contar com apoio estrangeiro para realizar a invasão no final de 1975. Nesse caso, o trabalho de Oliveira (2007) apresenta a trama de relações que envolvia a Indonésia, os Estados Unidos e o Reino Unido (importante destacar a Austrália) e os interesses que possuíam no território timorense. A Indonésia conquistou apoio financeiro e diplomático do Reino Unido para a invasão, principalmente após o golpe na Indonésia em 1965 que colocou no governo a ditadura militar de Suharto, que agradavam ao Reino Unido mais que o regime anterior de Sukarno (Oliveira, 2007), famoso pelo alinhamento ao Movimento dos Não-Alinhados e pela Conferência de Bandung¹³ em 1955 (Prashad, 2007).

A FRETILIN, ciente em parte do que se sucedia no período da descolonização, apresentava no jornal *Nacroma* (1974) o curso dos acontecimentos. Sobre um contexto inicial (logo após a formação das associações), dá-se destaque a fala de Adam Malik (Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia) que afirmava respeitar o direito à autodeterminação, consequentemente afirmando que não iria intervir no processo timorense. Oliveira (2007), demonstrando que o cenário é complexo, afirma que Adam Malik mantinha uma política oficial que correspondia ao “desejo da Indonésia em colaborar com as autoridades portuguesas e em facilitar o processo de descolonização de Timor, o qual deveria contemplar a possibilidade de os timorenses decidirem livremente sobre o seu destino” (Oliveira, 2007, p. 144). No entanto, através de uma correspondência enviada ao embaixador britânico em Jacarta, havia um indivíduo que estava a “preparar o terreno, a nível doméstico e internacional, para a anexação de Timor pela Indonésia” de “forma não oficial, paralela à linha da política oficial de Adam Malik”, dando destaque ao envolvimento do Reino Unido na questão (Oliveira, 2007, p.144).

Desse modo, é interessante observar o que Westad (2007) apresenta sobre o papel contraditório das potências como os Estados Unidos, e até o Reino Unido, em relação ao apoio a regimes ditatoriais violentos, como foi o caso da Indonésia em relação a invasão do Timor-Leste. Isso coloca em contradição os valores “americanos” apresentados por Westad (2007), com o objetivo de manter a influência ou controle em territórios de interesse no Terceiro Mundo, evitando que o “comunismo” chegasse aonde seria prejudicial para os Estados Unidos.

¹³ Em geral, a Conferência de Bandung, que ocorreu em 1955 na Indonésia (sob governo de Sukarno), tinha como objetivo estabelecer cooperação entre as nações que surgiram no século XX e que haviam se libertado do colonialismo e pertenciam ao Terceiro Mundo. Com o objetivo de afastarem-se da influência das potências como URSS e EUA, faz surgir assim o Movimento dos Não-Alinhados.

Dessa forma, observamos as políticas práticas do conflito da Guerra Fria, não apenas conflitos ideológicos que simplificam a compreensão sobre essas relações amplas.

É importante observar também como a FRETILIN buscou apoio ou se relacionou na esfera internacional. Através do *Nacroma* (1974)¹⁴ constata-se que os líderes da FRETILIN estavam inseridos nos debates do período, tendo conhecimento e possivelmente contato com líderes de movimentos de libertação na África, como PAIGC, FRELIMO, MPLA, etc.¹⁵. Nas edições do *Nacroma* no ano de 1974, os líderes apresentam as notícias e a situação em que se encontravam as outras colônias. Apresentavam também textos produzidos por lideranças desses movimentos como Amílcar Cabral e Agostinho Neto¹⁶.

Ramos-Horta (1994) ainda afirma que inicialmente os membros da ASDT possuíam leituras que passavam por Soeiro Pereira Gomes, Eduardo Mondlane, Mário Soares¹⁷ e o próprio Amílcar Cabral. A essência anticolonial presente nos discursos da FRETILIN vem principalmente dessas influências. Assim como uma influência para a formação de uma associação, que posteriormente passa a ser uma frente, inspirada nesses movimentos de libertação. Ainda não é possível constatar um contato direto entre a FRETILIN e esses grupos no período da descolonização, mas seus textos e suas lutas são de conhecimento dos membros da frente timorense.

Deve-se ainda destacar que, Ramos-Horta sendo um dos fundadores da FRETILIN, afirma que possuía grande simpatia a Social Democracia, principalmente inspirado em Olof Palm, sueco, e Willy Brandt, alemão. Ramos-Horta buscava adaptar o modelo sueco que tanto admirava para o caso timorense. Forjou o termo *mauberismo*, logo nos primeiros meses após a formação da FRETILIN, como forma de identificar a realidade timorense para com a Social Democracia. E a palavra *maubere*, vinda do termo, transformou-se em um símbolo da identidade nacional dos timorenses.

¹⁴ O periódico *Nacroma* foi lançado em agosto de 1974 pela ASDT/FRETILIN, tinha publicação quinzenal e durou até dezembro de 1974. Nesse periódico a ASDT/FRETILIN, visava divulgar informações sobre a atuação da frente e disseminar os ideais de independência e anticolonialismo.

¹⁵ Ainda não é possível constatar de forma clara e direta como esse contato de fato ocorria.

¹⁶ Amílcar Cabral foi secretário-geral do PAIGC, uma liderança de destaque do movimento, que defendia a independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Agostinho Neto comando o MPLA em prol da independência de Angola.

¹⁷ Soeiro Pereira Gomes foi um escritor português dirigente do Partido Comunista Português no período salazarista, sendo considerado um militante comunista. Eduardo Mondlane foi o primeiro líder da FRELIMO e defendia a independência de Moçambique. Mário Soares foi um dos fundadores do Partido Socialista português e uma figura relevante na Revolução dos Cravos a partir de 1974.

Além disso, observa-se que o movimento buscava, principalmente apoio financeiro e militar no exterior, na Austrália pela proximidade, e até mesmo na China. Sobre a última, Ramos-Horta (1974) envia uma correspondência ao Embaixador da China alegando ter conhecimento do apoio já prestado ao Camboja, Vietnam do Norte e a Moçambique, solicitando então apoio de qualquer ordem para a causa da independência do Timor-Leste. Há ainda informações na documentação da busca de apoio em Cuba a partir de contatos em Lisboa (Lobato, 1975). Ao longo do ano de 1975, há outras indicações de busca de apoio e influência fora do território timorense. Como busca de apoio em setores políticos australianos por parte de membros da FRETILIN (Stevenson, 1975) e também relações com os movimentos de libertação MPLA, PAIGC, FRELIMO e Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) (Lobato, 1975).

Em vista disso, surge o questionamento quando a questões ideológicas da FRETILIN. Observa-se que as lideranças do movimento estão inseridas em um contexto abrangente na busca de apoio internacional, no entanto, devido a uma considerável escassez e dificuldade de acesso às fontes, ainda é difícil definir os aspectos ideológicos consolidados da FRETILIN no período da descolonização. O que é importante nesse ponto, é o que Westad (2007) destaca sobre os líderes do Terceiro Mundo. Sua obra dá ênfase ao fato de que essas lideranças são diversificadas, não necessariamente iram seguir linhas ideológicas bem definidas, como a soviética ou a chinesa. Afirma que os líderes não foram “fantoques”, mas sim atuaram com grande autonomia, mesmo que tenham obtido apoio militar ou ideológico das grandes potências.

A partir disso, essa trama na busca de apoio do Terceiro Mundo e na busca de influência pelas grandes potências, não falamos mais uma “corrida armamentista”, mas sim uma “corrida intervencionista” por parte das potências, mas com autonomia dos líderes do Terceiro Mundo (Bradley, 2010). Sobre essa autonomia, Latham (2010), afirma que as potências possuíam grandes ambições para os territórios descolonizados, no entanto aprenderam que os líderes do Terceiro Mundo não eram tão maleáveis quanto se esperava. É possível observar no caso timorense que as lideranças timorenses se mostraram hábeis em perceber essas complexidades do período e conseguiram se inserir de maneira importante no cenário internacional.

Conclusões

Ao observar as políticas práticas constatei que os processos de descolonização e o “surgimento” do Terceiro Mundo ditaram os ritmos da Guerra Fria. A percepção básica que deve prevalecer a partir disso, é que ao ampliar a esfera da análise como propõem a História Global, os processos se tornam mais complexos e abrangentes. A descolonização no Timor-Leste e a atuação da FRETILIN nesse contexto, conta com diversos atores, grupos e influências internacionais. Utilizar essa perspectiva auxilia em obter uma melhor compreensão dos acontecimentos do objeto foco do estudo. A atuação da FRETILIN está condicionada às tramas, aos contatos e as influências externas ao território.

Para o caso timorense, a partir do que foi apresentado, fica claro a inserção do objeto em uma esfera ampla de redes internacionais e possíveis circulações de influências em escala global. Dessa forma, é adequado analisar o objeto de estudo a partir da História Global. É necessário observar e analisar a trama internacional que afeta os acontecimentos no Timor-Leste, a própria invasão do Timor pela Indonésia é um exemplo desse contexto de redes que inferem nos acontecimentos.

Além disso, conclui que, em primeiro lugar, estudar a história do Timor-Leste, ou mais especificamente o objeto proposto nesse artigo, inclui necessariamente estudar as redes internacionais e o contexto “global”. Em segundo lugar, há necessidade de mais estudos que tratem sobre o Timor-Leste principalmente na perspectiva da História Global. Como já afirmado, há uma escassez de trabalhos que tenham como tema o Timor-Leste no Brasil. E isso acaba limitando e dificultando uma melhor compreensão sobre a história desse país que possui laços com o Brasil.

Fontes:

FRETILIN. FRETILIN/Manual e Programa Políticos. Lisboa: FRETILIN, dez. 1974.

LOBATO, Nicolau dos Reis. “Relatório de Nicolau dos Reis Lobato referente a reunião da Casa dos Timores contendo vários anexos”. Lisboa, 23 maio 1975. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141398 . Acesso em: 20 set. 2020.

MALIK, Adam. [Correspondência]. Destinatário: José Ramos-Horta. [S. l.], 17 jun. 1974. 1 carta. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136613 . Acesso em: 20 set. 2020.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 1, 16/31 ago. 1974. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11013.019> . Acesso em: 08 set. 2020.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 2, 1/15 set. 1974. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11013.019> . Acesso em: 08 set. 2020.

RAMOS-HORTA, José. [correspondência]. Destinatário: Embaixador da República popular da China. [S.l.], 28 set. 1974. 1 carta. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136612. Acesso em: 08 set. 2020.

RAMOS-HORTA, José. Timor Leste: amanhã em Díli. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

STEVENSON, Oconnor Thompson Hart. [Telegrama enviado em papel timbrado]. Destinatário: LT Domingos Oliveira e Ramos-Horta. Sydney, 10 mar. 1975. 1 carta. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136611 . Acesso em: 01 nov. 2020.

Referências:

BEVINS, Vincent. O Método Jacarta: a cruzada anticomunista de Washington e o programa de assassinatos em massa que moldou o nosso mundo. São Paulo:, Autonomia Literária, 2022.

BICCA, Alessandro. A diferença entre os iguais. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRADLEY, Mark Philip. “Decolonization, the global South and the Cold War, 1919-1962. In: WESTAD, Odd Arne & LEFFLER, Melvin (Eds.). The Cambridge of The Cold War. Vol.1 - Origins. New York: Cambridge, 2010, pp. 464-485.

CONRAD, Sebastian. História global. Uma nueva visión para el mundo actual. Barcelona: Editorial Planeta, 2017.

CUNHA, João Solano Carneiro da. A questão de Timor-Leste: origens e evolução. Brasília: FUNAG, 2001.

DA SILVA, Antero Benedito. FRETILIN Popular Education 1973-1978 and Its Relevance to Timor-Leste Today. Tese. Filosofia. University of New England. 2011.

DEGAN, Alex; PARETO JUNIOR, Lindener. História global, histórias conectadas: debates contemporâneos. Esboços, Florianópolis, SC, v.26, n.42, p. 229-233, mai./ago. 2019.

GALDINO, Carolina Ferreira. Nasce um Estado: A Construção do Timor Leste. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2012.

JARDINE, Matthew. Timor Leste – genocídio no paraíso. In: SANT’ANNA, Sílvio L. (org.). Timor Leste Este País Quer Ser Livre. São Paulo: Editora Martin Claret LTDA, 1997.

LATHAM, Michael. “The Cold War in The Third World, 1963-1975. In: WESTAD, Odd Arne & LEFFLER, Melvin (Eds.). The Cambridge of The Cold War. Vol.2 – Crises & Détente. New York: Cambridge, 2010, pp. 258-280.

LEVI, Giovanni. CONFERÊNCIA: “História Conectada, Global History, Micro-História”. Youtube, 28 maio 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=B9yyIMXwjMc&t=3970s> .

LIMA, Fernando. Timor – Da guerra do Pacífico à Desanexação. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2002.

MAXWELL, Keneth. O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Aires. “Entregue aos Lobos. O Reino Unido e a Invasão do Timor Leste”. Relações Internacionais, No.13, Março 2007, pp.139-156.

PRASHAD, Vijay. The Darker Nations: a people’s history of the Third World. New York: New Press, 2007.

PINTO, António Costa. O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

RAMIRES, Filipe. Objectivo: Timor - Portugal, Timor e a Guerra no Pacífico (1941-1945). Relações Internacionais, p.05-18, set. 2006.

RAMOS-HORTA, José. Timor Leste: amanhã em Díli. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

REZOLA, Maria Inácia. Do romantismo revolucionário à política real: a revolução portuguesa de 1974-1975. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de

Menezes (org.). Depois dos Cravos: liberdades e independências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. Revista Tempo, Niterói, RJ, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. Brava gente de Timor: a saga do povo maubere. São Paulo: Xamã, 1997.

SILVA, Lurdes Marques. Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste Asiático: Os casos da Indonésia e Timor Leste. In: Lusophonies asiatiques, Asiatiques em lusophonies. 1999. p. 359 – 374.

STEVENSON, Oconnor Thompson Hart. [Correspondência]. Destinatário: Domingos Oliveira e Ramos-Horta. Díli, 10 mar. 1975. 1 telegrama.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Impérios em Concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

WESTAD, Odd Arne. The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times. New York: Cambridge University Press, 2007.

Recebido em: 14/08/2022

Aceito em: 12/11/2022



RLAH
Agosto/Dezembro de 2022